

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – A participação do Direito no comportamento judicial

- 1.1 Modelo legalista
- 1.2 Abordagens interpretativas do Direito Constitucional norte-americano
 - 1.2.1 Abordagens interpretativas legalistas norte-americanas
 - 1.2.1.1 Textualismo
 - 1.2.1.2 Originalismo
 - 1.2.1.3 *Stare decisis*
 - 1.2.2 O legalismo na Suprema Corte
 - 1.2.3 Abordagens não legalistas no sistema norte-americano
 - 1.2.3.1 Princípios
 - 1.2.3.2 Abordagem filosófica
 - 1.2.3.3 Pragmatismo
- 1.3 Abordagens interpretativas no sistema brasileiro
 - 1.3.1 Abordagens interpretativas legalistas
 - 1.3.1.1 Interpretação gramatical
 - 1.3.1.2 Interpretação histórica
 - 1.3.1.3 Interpretação teleológica
 - 1.3.1.4 Interpretação sistemática
 - 1.3.1.5 A operação com precedentes no STF
 - 1.3.2 O legalismo no Supremo Tribunal Federal
 - 1.3.3 Abordagens não legalistas no sistema brasileiro
 - 1.3.3.1 Princípios
 - 1.3.3.2 Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade
 - 1.3.3.3 Ponderação de bens
- 1.4 Considerações finais

CAPÍTULO 2 – A participação da subjetividade no comportamento judicial

- 2.1 Modelo ideológico: juízes progressistas, conservadores e moderados
 - 2.1.1 Critérios para definição ideológica dos magistrados
 - 2.1.2 Estudos empíricos
 - 2.1.3 Críticas aos métodos de análise empírica
- 2.2 A ideologia no Supremo Tribunal Federal
- 2.3 A influência do *background* dos juízes norte-americanos
- 2.4 A influência do *background* dos ministros do STF
 - 2.4.1 Ministro Carlos Ayres Britto: “Valdemar do Amor Divino e Joana da Paixão Luz”
 - 2.4.2 Ministro Gilmar Mendes: a revolução metodológica
 - 2.4.3 Ministro Joaquim Barbosa: a oposição ao *status quo*

- 2.5 Grupos de identificação dos juízes
- 2.6 A fé e o Supremo Tribunal Federal
- 2.7 Considerações finais

CAPÍTULO 3 – A participação das instituições no comportamento judicial I: aspectos internos ao judiciário

- 3.1 O que são instituições e como elas interferem no comportamento das pessoas
- 3.2 Modelo estratégico
 - 3.2.1 Teoria das escolhas racionais e teoria dos jogos
 - 3.2.2 Críticas ao modelo estratégico
 - 3.2.3 Estratégia na Suprema Corte norte-americana: o que *Marbury v. Madison* (1803) e *Craig v. Boren* (1976) têm em comum?
 - 3.2.4 Estratégia no STF: o dogma do legislador negativo e os limites objetivos do texto como os “curingas” do jogo
- 3.3 Elementos institucionais internos ao Poder Judiciário
 - 3.3.1 Regime interpretativo mínimo
 - 3.3.2 Minimalismo e maximalismo
 - 3.3.3 Estrutura do processo colegiado de decisão
 - 3.3.3.1 Modelos de decisão colegiada: agregativo, deliberativo, externo, interno, em série e *per curiam*
 - 3.3.3.2 Polarização e neutralização ideológica em órgãos colegiados
 - 3.3.3.3 Estratégia e negociação na Suprema Corte norte-americana
 - 3.3.4 Cortes inferiores
- 3.4 Elementos institucionais internos ao STF e ao Poder Judiciário brasileiro
 - 3.4.1 Regime interpretativo mínimo. Academicismo e beletrismo
 - 3.4.2 Maximalismo no STF
 - 3.4.3 Cosmopolitismo judicial
 - 3.4.4 Estrutura do processo colegiado de decisão no STF
 - 3.4.4.1 Modelo agregativo, externo e de votos em série no STF
 - 3.4.4.2 Polarização e neutralização ideológica no STF
 - 3.4.4.3 Estratégia e negociação no STF
 - 3.4.5 Instâncias inferiores
- 3.5 Juiz cordial e patrimonialismo judicial
- 3.6 Considerações finais

CAPÍTULO 4 – A participação das instituições no comportamento judicial II: interação entre poderes

- 4.1 Elementos institucionais externos ao Poder Judiciário
 - 4.1.1 Princípio da separação dos poderes
 - 4.1.2 Interação com o Poder Executivo e com o Poder Legislativo
 - 4.1.3 Modelo estratégico externo (a interação com os demais poderes)
 - 4.1.4 Críticas ao modelo estratégico externo
- 4.2 Elementos institucionais externos ao Supremo Tribunal Federal

- 4.2.1 O princípio da separação dos poderes na Constituição de 1988
- 4.2.2 Interação com o Poder Executivo, governabilidade e economia. Estudo de casos
 - 4.2.2.1 Plano Collor
 - 4.2.2.2 Privatização da Companhia Vale do Rio Doce
 - 4.2.2.3 Foro especial por prerrogativa de função
 - 4.2.2.4 Crédito presumido de IPI e alíquota zero
 - 4.2.2.5 COFINS e sociedades civis de profissões regulamentadas
 - 4.2.2.6 Medida Provisória e a criação do ICMBio
- 4.2.3 Alinhamento de interesses entre Executivo e Legislativo: os cofres públicos e as emendas superadoras das decisões do STF. Estudo de casos
 - 4.2.3.1 Contribuição previdenciária de servidores inativos e de pensionistas
 - 4.2.3.2 Outros casos de alinhamento entre Poderes: novamente os cofres públicos e as emendas constitucionais superadoras
- 4.2.4 Interação do STF com o Legislativo e disfunções democráticas. Estudo de casos
 - 4.2.4.1 Limite ao número de vereadores
 - 4.2.4.2 Criação de municípios
 - 4.2.4.3 Cláusula de barreira
 - 4.2.4.4 Fidelidade partidária
 - 4.2.4.5 Greve de servidores
 - 4.2.4.6 Aviso prévio proporcional

4.3 Considerações finais

CAPÍTULO 5 – A participação das instituições no comportamento judicial III: a opinião pública

- 5.1 Opinião pública
- 5.2 Caráter contramajoritário da jurisdição constitucional
- 5.3 Constitucionalismo popular
- 5.4 Desbloqueio das instâncias majoritárias pela Suprema Corte: *Brown v. Board of Education*
- 5.5 Desbloqueio das instâncias majoritárias pelo Supremo Tribunal Federal: fidelidade partidária e outros
- 5.6 Mecanismos indutores do alinhamento entre a Suprema Corte e a opinião pública
 - 5.6.1 Critério político de seleção dos juízes da Suprema Corte
 - 5.6.2 Valores da comunidade e movimentos sociais
 - 5.6.3 Legitimidade e estabilidade institucional da Suprema Corte
 - 5.6.4 Diálogo social
 - 5.6.5 Opinião pública como grupo de referência
- 5.7 Modelo estratégico externo (a interação com a opinião pública)
- 5.8 Mecanismos indutores do alinhamento entre o STF e a opinião pública
 - 5.8.1 Critério político de seleção dos juízes do STF
 - 5.8.2 Valores da comunidade e movimentos sociais
 - 5.8.3 Legitimidade e estabilidade institucional do STF
 - 5.8.4 Diálogo social no STF
 - 5.8.5 Opinião pública como grupo de referência no STF

- 5.9 Instrumentos de comunicação entre o STF e a população
- 5.10 Decisões contramajoritárias do STF
- 5.11 A imprensa e a opinião pública
- 5.12 A imprensa como intermediário e como grupo de referência
- 5.13 A política e a justiça na sociedade do espetáculo
- 5.14 O STF na sociedade do espetáculo: o Mensalão
- 5.15 Considerações finais

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS